



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul. /Dez. de 2025

Ana Paula Herrera de Souza

Universidade Estadual de Maringá / UEM
herrera12souza@gmail.com

Delton Aparecido Felipe

Universidade Estadual de Maringá / UEM
ddelton@gmail.com

LITERATURA NEGRA-FEMININA EM MARIA FIRMINA DOS REIS E O CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO.

RESUMO

O artigo discute como a formação do cânone literário brasileiro carrega marcas do Brasil colonial, obstaculizando o reconhecimento da literatura de autoria negra-feminina como vertente para compreender as heranças patriarcais e escravistas que perpassam a história nacional. A questão-problema que orienta o estudo é: de que modo o cânone literário brasileiro reproduz as marcas coloniais e patriarcais que invisibilizam a literatura de autoria negra feminina? O objetivo geral é analisar essa permanência a partir da obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, primeira romancista negra do Brasil. Fundamentado em autores como Ferreira Duarte (2009), Bonicci (2000) e Bernd (1992), o estudo adota abordagem qualitativa e análise discursivo-histórica da representação da mulher negra na literatura. Os resultados evidenciam que o cânone nacional, ao privilegiar matrizes brancas e masculinas, perpetua exclusões coloniais, e que a escrita de Firmina constitui resistência e reconfiguração simbólica da identidade negra-feminina brasileira.

Palavras-chave: Literatura negra-feminina; Cânone; Maria Firmino Reis. Cânone literário brasileiro; Literatura negra feminina; Maria Firmina dos Reis; Colonialidade e patriarcado.

BLACK-FEMININE LITERATURE IN MARIA FIRMINA DOS REIS AND THE BRAZILIAN LITERARY CANON.

ABSTRACT

This article discusses how the formation of the Brazilian literary canon bears traces of the colonial past, hindering the recognition of Black women's literature as a crucial framework for understanding the patriarchal and slaveholding legacies that permeate the nation's history. The guiding research question is: How does the Brazilian literary canon reproduce the colonial and patriarchal marks that render Black female authorship invisible? The main objective is to analyze this persistence through the novel *Úrsula* (1859), by Maria Firmina dos Reis, the first Black woman novelist in Brazil. Grounded in theoretical contributions by Ferreira Duarte (2009), Bonicci (2000), and Bernd (1992), the study employs a qualitative approach and a discursive-historical analysis of the representation of Black women in literature. The findings reveal that the national canon, by privileging white and male matrices, perpetuates colonial exclusions, while Firmina's writing embodies resistance and a symbolic reconfiguration of Black feminine identity in Brazilian literature.

Keywords: Black female literature; Canon; Maria Firmino Reis. Brazilian literary canon; Black feminine's literature; Maria Firmina dos Reis; Coloniality and patriarchy.

Introdução

No atual quadro de discussões sobre as marcas que a colonização do Brasil deixou no tecido social até hoje, tem-se notado um significativo trabalho de revisão da historiografia literária em uma perspectiva teórica, que propõe a problematização dos critérios de classificação da literatura, em especial aqueles cristalizados pelo cânone literário, construído historicamente, réplica preconceitos e estereótipos que lega à literatura produzida por grupos sociais historicamente marginalizados, uma condição de esquecimento ou rebaixamento.

Segundo Ferreira Duarte (2009), o cânone literário no decorrer de sua história se configurou como uma espécie de modelo que passou a ser aplicado no campo da literatura para definir obras-primas ou clássicos, por trazerem valores sociais humanos tidos como essenciais. Segundo juízos de valor que, ideologicamente construídos, fazem delas dignas de serem lidas, estudadas e difundidas, refletindo relações de poder, como endossam Navarro e Schimdt (2007, p. 86):

O elenco das obras consideradas de mérito para integrar um cânone é definido pelos críticos literários e historiadores da literatura, o que significa dizer que o cânone é resultado, entre outras coisas, do prestígio e poder dos discursos críticos através dos quais um segmento da cultura letrada exerce controle e define que representações têm legitimidade para circularem para se tornarem representativas do corpo social de uma cultura. Nessa dilatação do literário para o cultural, a história literária ressurgue problematizada enquanto manifestação cultural inserida no processo histórico.

Nessa perspectiva, Reis (1990, p. 77) aponta a existência do cânone como problemática, uma vez que a canonização “reduplica as relações injustas que compartimentam a sociedade”, ou seja, o cânone literário é um produto histórico perpassado por relações de poder. Deste modo, ao revermos o cânone literário, percebe-se a ausência ou baixa presença feminina pelo “estigma social e moral determinado pelo pensamento masculino” (Jacomel, 2007, p. 65). Igualmente, na seleção do cânone, há um princípio de exclusão, e os que selecionam e excluem estão investidos de autoridade para fazê-lo e o modo pelo qual a sociedade é pensada é quem tem autoridade para pensá-la. Não obstante, Bonicci (2000) entende que o cânone literário deve ser historicizado, e, ao pensarmos as obras canônicas, percebemos heranças históricas de uma

sociedade de origem patriarcal e escravista, a qual privilegiou um arquétipo masculino na literatura e branco, que constituíram a identidade brasileira.

A partir dessas considerações, objetivamos discutir como a formação do cânone literário brasileiro, carrega as marcas de um Brasil Colonial, que obstaculiza o reconhecimento da literatura de autoria negra-feminina como uma vertente para compreendermos as heranças históricas do patriarcado escravista que perpassa a história do país.

Para cumprir nosso objetivo escolhemos como ponto de partida o caso de Maria Firmina dos Reis (1825–1917), mulher negra que em 1859 publica *Úrsula*, primeiro romance brasileiro antiescravagista e o primeiro escrito por uma mulher no Brasil. Uma obra pouco conhecida e pouco estudada, cuja invisibilidade deve-se consideravelmente ao tema, situação dos negros e das negras no contexto escravista, e a autoria, uma mulher negra, estabelecendo um paralelo com a literatura negra de autoria feminina, que tematiza a situação das mulheres negras na contemporaneidade, que, ao criar contra-dizeres, evidenciando preconceitos ainda escamoteados, têm suas vozes silenciadas. Pretendemos, então, analisar como alguns mecanismos de marginalização da população negra ainda reverberam na atualidade.

MARIA FIRMINA DOS REIS E A LITERATURA DE SEU TEMPO

A escritora maranhense, Maria Firmina dos Reis (1825–1911), mulher negra, nascida em São Luís, capital da então província do Maranhão, filha de um homem negro, João Pedro Esteves, com Leonor Felipe dos Reis, mulher branca, que ainda criança mudou-se para a casa de uma tia materna, em Guimarães no atual estado do Maranhão, aspecto fundamental para a sua formação elementar.

Maria Firmina, aos 22 anos, foi aprovada em um concurso público para lecionar em uma escola de primeiras letras em Guimarães, função que ocuparia até o início de 1880, ano em que se aposentou. O magistério era tido como um atributo feminino, porque a escola primária era entendida como uma extensão do ambiente familiar, portanto, onde a mulher também exerceria sua vocação até se casar; contudo, Maria Firmina nunca se casou.

Em um contexto em que poucas mulheres escreviam, por estarem estigmatizadas pela estrutura patriarcal, que atribuía a elas uma “vocação” aos cuidados do lar e naturaliza a obrigação feminina de obediência irrestrita ao marido, o provedor do lar e chefe da família, poucas mulheres publicaram e, quando tinham algum espaço, o perfil destas eram, necessariamente, mulheres brancas e de elite que escreviam sobre culinária, e, ainda mais raramente, poemas e contos, nesse caso, valendo-se geralmente de pseudônimos masculinos.

Guardia (2007) salienta a ausência de mulheres na literatura latino-americana do século XIX e início do XX, em que o universo da cultura letrada era hegemonicamente masculino. A autora (2007, p. 4) cita Maria Firmina dos Reis como uma das responsáveis por romper com o silenciamento das vozes femininas no cenário literário latino-americano:

Não foi fácil romper o silêncio para as escritoras latino-americanas do século XIX, em um clima de intolerância e hegemonia do discurso masculino. Referimo-nos a Gertrudes Gómez de Avellaneda (Cuba 1814–1873), Juana Manuela Gorriti (Argentina 1818–1892), Maria Firmina dos Reis (Brasil 1822–1917), Mercedes Cabello de Carbonera (Peru 1884–1909), Lindaura Anzoátegui (Bolívia 1846-18980), Clorinda Matto de Turner (Peru 1858–1909), e Adélia Zamudio (Bolívia 1854–1928). Excluídas e marginalizadas do sistema de poder, estas escritoras outorgaram voz aos desvalidos excluídos, questionando as relações inter-raciais e de classe.

Este silenciamento possui papel preponderante da literatura na constituição de um discurso identitário, que se forja projetando perfis, transmitindo ideias e valores que a sustentam. Dessa forma, sendo a identidade nacional um construto histórico, é estabelecida ideologicamente, a partir de uma representação da cultura e do povo, atuando como um dispositivo disciplinar produtor de subjetividade, pelo qual uma “vocação nacional” é atribuída à literatura. Conforme Fiorin (2009, p. 117):

A nação é vista como uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças. Para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, a identidade, e, ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, a alteridade. O grande outro (...) da criação da nacionalidade brasileira é Portugal. No entanto, a constituição da nação brasileira apresenta um problema, já que a independência é proclamada por um príncipe português, herdeiro do trono de Portugal. Não houve, portanto, uma ruptura completa com a antiga metrópole.

Com efeito, na ambiência do século XIX, a literatura romântica coaduna com um projeto de nação específico, no caso brasileiro, após a ruptura política com Portugal (1822), o projeto nacional brasileiro nasce sob a égide de um legado, o de desdobramento, nos trópicos, da ex-metrópole, e signatário, portanto, do legado civilizacional português:

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. Então, o Romantismo apareceu gradualmente como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, (...) O propósito desses moços era afirmar a identidade e autonomia da literatura brasileira, inclusive recomendando o abandono dos clássicos e da sujeição aos autores portugueses; mas, ao mesmo tempo, temiam na prática as novas tendências e preconizavam obediência às velhas normas. (Candido, 2004, p. 24–26)

Cotejando essa realidade, o Romantismo brasileiro surge como o projeto de construir uma narrativa literária sobre a jovem-nação brasileira, uma nação que, mais que uma estética literária, herda da metrópole “velhas normas” sociais. Dessa tentativa de conciliação que se forma a literatura brasileira, uma literatura que se converte em espelho da imagem projetada, na qual a população do novo Império, do qual se reconhecesse, mas que não obliterou se a linhagem europeia e seu alicerce em ‘velhas normas.

Nessa perspectiva, com o intuito de construir um modelo narrativo da História do Brasil, cria-se, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹ como órgão oficial de produção de história e de memória do Estado brasileiro que tinha como objetivo “Construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (Schwarcz, 1993, p.99).

A primeira escola literária do país recém-independente, com José de Alencar², autor hoje canônico, concebe a gênese da formação brasileira somente

¹ A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo. (Guimarães, 1988, p.9);

² José de Alencar idealiza um projeto literário nacional, pois fez um “mapeamento cultural” dos tipos que contribuíram para formar, segundo seu entendimento, o povo brasileiro. Nessa mimese da brasilidade expressa por Alencar temos ainda os regionalistas *O sertanejo* (1876) e *O gaúcho* (1870), nos romances urbanos, *Lucíola* (1862) e *Senhora* (1874) e a trilogia indianista, *O guarani* (1857), *Iracema* (1865) e

pela matriz indígena e europeia, também escravista e patriarcal. O nacionalismo romântico relaciona-se à ideologia que entendia negros como entrave ao processo de civilização, contexto no qual a miscigenação entre brancos e indígena como forma de branqueamento do indígena e seu contato permanente com os brancos para fins civilizacionais (Guimarães, 1988); daí a ideia do “bom selvagem”, a submissão ao colonizador associada à “cor local”, que faz do autóctone, a partir dessa representação, se tornara sinônimo de brasilidade, como em *O Guarani* (1857³ (Pereira, 1996). Conforme explica Parron (2009, p. 203):

I-Juca-Pirama”, o famoso poemeto épico do herói tupi que aceita a morte para salvar a honra de sua etnia, foi lançado por Gonçalves Dias em 1851. Nos anos seguintes, o cânone literário indianista se expandiu com *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães, com *O Guarani* (1857), de José de Alencar e com *Iracema* (1865), do mesmo autor. Aí estão as principais histórias de indígenas que forneciam narrativas de um passado idealmente partilhado por todos os súditos do Império. Num caso raro de coincidência cronológica entre arte e política, a maioria dos anos entre 1851 e 1865 passou para a historiografia sob o signo da Conciliação, em que as províncias pareciam baixar o tom de revolta para processar suas demandas somente nos canais consagrados do Estado nacional, ao passo que os ranços partidários davam lugar à aparente união de liberais e conservadores pelo progresso material do país. O cenário é de uma pax augusta nos trópicos, a que alguns historiadores já chamaram “apogeu” do Segundo Reinado.

Da mesma maneira, além de essencialmente branca, a ideia de nacionalidade brasileira era construída a partir da evocação da figura masculina, sendo este o arquétipo escolhido para representar a ansiada identidade brasileira. A formação da nação e a naturalização dos arquétipos femininos e da estratificação social e racial estão relacionados à ideia do “sujeito nacional universal” hegemonicamente masculino e branco (Shimidt, 2000, p. 87).

Em *Úrsula*, Reis usa a estética romântica para contrapor-se à cultura, (escravidão), pois o romance, apesar de estar estruturado conforme a estética da época, incorpora os escravizados, como sujeitos, num texto em que, portanto, subverte, por completo, os preceitos do nacionalismo romântico (Nascimento, 2009), princípios tais que permearam também a formação do cânone literário,

Ubirajara (1874). Essas obras criaram uma projeção idílica do Brasil e do povo brasileiro, nas quais se verifica a ausência de personagens negros ou da tematização da escravidão. (LIMA, 2011).

³ No clássico *O Guarani* (1857), o herói Peri é um índio “civilizado” e europeizado, quase um homem branco; Ceci, por sua vez é branca e loura, logo esta paixão representa a miscigenação entre a civilização (europeia) e o “bom selvagem” (do novo mundo).

que promoveu um apagamento da mulher e da população negra, e a literatura reverbera, mesmo que de maneira implícita, as concepções de seu tempo, Segundo Muzart (2013, p. 255):

Maria Firmina dos Reis vai se inspirar na ideia do “*bon nègre*” que, tal como o “*bon sauvage*”, também nasceu na França. É importante notar que, além de dar voz ao negro em seu romance, a escritora maranhense segue o caminho traçado pela literatura ocidental com o romance *Oroonoko*, primeiro romance da escritora inglesa Aphra Behn [publicado em 1688].

No que diz respeito à prosa brasileira, essa representação literária do “bom negro” é recorrente, porém, no caso brasileiro, essa concepção moral, em geral, passa pelo branqueamento⁴. As obras como *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1875), e *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo (1881), em que o embranquecimento dos protagonistas lhes atribui características excepcionais, que idealizam uma superioridade física, intelectual e moral dos personagens que é restrita a eles (Proença Filho, 2004).

No entanto, mesmo tendo lançado *Úrsula* em 1859, ou seja, dezesseis anos antes da publicação de *A escrava Isaura*, a qual “ninguém diria que gira em tuas veias, uma só gota de sangue africano” (Guimarães, 2015, p. 7), e vinte e dois anos antes da estória de Raimundo, o mulato de olhos azuis que sofre preconceito por sua descendência africana, Maria Firmina representa os principais personagens negros do romance com base nas normas de elevação moral, sem os submeter ao branqueamento.

Vale destacar, também, que, na discussão literária acerca da escravidão, a autora precede Castro Alves, autor de *Navio negreiro* (1869) e *os escravos* (1883), e Joaquim Manoel de Macedo, de *as vítimas-algozes* (1869), obras voltadas especificamente à discussão política e social de questões concernentes ao movimento abolicionista (Zin, 2016). Contudo, mesmo precedendo as demais obras de teor antiescravista no Brasil, Maria Firmina se distancia do branqueamento que caracteriza como excepcionais personagens como Isaura e

⁴ Os intelectuais brasileiros do século XIX e início do XX teceram muitos escritos imputando a presença africana no Brasil como responsável por um “entrave” à ideia de civilização no país. Nesse contexto, a ideologia do “branqueamento” se transformou em um argumento importante para o discurso de modernização do Estado brasileiro. Baseava-se em teorias racistas que supunham a superioridade da raça branca face às demais, em especial a negra, bem como na crença de que o progresso brasileiro dar-se-ia pela miscigenação e pela proeminência da raça branca de matriz europeia na formação da “raça brasileira”. Essa teoria referia-se tanto ao clareamento da pele quanto ao branqueamento cultural (Hofbauer, 2003).

Raimundo ou da representação do negro perigoso como concebido em *As vítimas-algozes* e *O demônio familiar*, peça teatral de José de Alencar (1857).

Sobre a população negra, intelectuais da época, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, que são intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX, abordaram a inferioridade física, psicológica e moral das “raças não brancas”, contexto no qual surge o “ideal branco” de cidadão brasileiro, embasado na crença de que o progresso do Estado brasileiro dar-se-ia sob direção da raça branca superior, de matriz europeia (Felipe, 2014).

Outrossim, esse “ideal branco” de homem brasileiro criou uma série de dispositivos de marginalização da população negra, tais como as políticas de branqueamento, o mito democracia racial e os discursos sobre a miscigenação que corroboram à negação da população negra e de sua cultura em diversos espaços sociais (Felipe, 2014). Esses dispositivos de marginalização visavam, destarte, à negação de conflitos raciais e à idealização de uma suposta harmonia entre as raças e o branqueamento, como indica o autor (2014, p. 18):

A elaboração dessa rede discursiva, baseada no branqueamento, na miscigenação, na democracia racial e na raça somente como um conceito biológico, compôs uma série de dificuldades para que a população negra e sua cultura fossem inseridas nos espaços sociais sem uma tutela do padrão europeu, o que deixou marcas na trama social até a atualidade.

Com efeito, se no início do Romantismo a identidade nacional passava pelo apagamento da presença e do cativeiro humano de africanos no Brasil, na literatura brasileira pós-abolição, o tema mestiçagem suscitou debates várias obras que evidenciam supostas características degenerescentes como em obras naturalistas que surgem no esteio de um debate sobre nação, raça e sociedade.

Sendo no caso brasileiro consequência de quase três séculos e meio de escravidão, instituição na qual juridicamente a população escravizada não era considerada cidadã, no pós-abolição, o racismo, justificado pela ciência, foi a forma de explicação da desigualdade de tratamento entre brancos e negros, que estabelecera uma paradoxal dualidade entre igualdade perante a lei e a desigualdade social. Essa nova configuração social intensifica um debate racial já em curso, cujo lugar é imputar a presença africana no Brasil como responsável por um “entrave” à ideia de civilização no Brasil.

Mesmo inexistindo no Brasil um discurso literário genuinamente escravocrata, muitos escritores brasileiros reportaram-se aos pressupostos da desigualdade racial do Romantismo ao Modernismo. Linearmente, do ponto de vista histórico, o Romantismo brasileiro, com José de Alencar, concebe a gênese da formação brasileira somente pela matriz indígena e europeia. No Realismo e Naturalismo, os personagens negros são tratados como figuras estereotipadas, que trazem consigo a concepção de seres lascivos, inferiores e instintivos, agindo, de certa forma, como animais, reproduzindo teorias racistas, à época com respaldo da própria ciência. (Oliveira, 2013). Conforme Amaral (2015, p. 55-56):

Embora a literatura de tese tenha alcançado mais notoriedade no naturalismo, ela, claro, não se limitou à sustentação de teorias filosóficas ou científicas. Na verdade, muito da produção engajada do romantismo utilizou a literatura mais como um veículo panfletário de transmissão de ideias do que uma forma de construção artística. O período romântico, tomado pelo crescente anseio de nacionalidade, de reorganizações política, ideológica e social, acabou sendo palco também de um tipo de romance construído com uma finalidade muito determinada, que estava além da sua realidade estética. Nesse caso, o narrador não é somente o condutor do discurso, no sentido de apresentá-lo ao leitor: ele é também direcionando, explicitamente, o significado do texto e até o explica, não deixando espaço para a liberdade interpretativa do receptor.

Essas estratégias de marginalização da população negra são perceptíveis em romances como: *Iracema* (1865) e *O guarani*, (1857) de José de Alencar; *O cortiço* (1890) e o *O mulato*, de Aloísio Azevedo; *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. Essas obras, mesmo que em uma análise linear e genérica, indicam a permanência de um discurso literário discriminatório, ideologicamente ligado à escravidão e, posteriormente, ao debate racial. Ao tratar sobre esse contexto historicamente, Schwarcz (2006, p. 306–307) explica:

O fato é que autores como esses advogavam (cada um à sua maneira) teorias deterministas raciais que entraram em voga, no Brasil, em finais do século XIX. Com efeito, as teorias raciais só foram absorvidas no Brasil quando a abolição da escravidão se tornava irreversível. (...) Tendo por base uma ciência positiva e determinista, pretendia-se explicar com objetividade -- a partir da mensuração de cérebros e da aferição das características físicas -- uma suposta diferença entre os grupos. A "raça" era introduzida, assim, a partir dos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos a partir de seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e, no limite, no próprio exercício da cidadania. Com efeito, essas teorias deterministas eram entendidas como "teorias de grupo" e deslegitimavam qualquer

análise pautada no indivíduo isolado. Dessa maneira, frente a promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo (...) mas as teorias não foram somente introduzidas e traduzidas no país; no Brasil ocorreu uma releitura particular: ao mesmo tempo que se absorveu a ideia de que as raças significavam realidades essenciais, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração. Fazendo um casamento entre modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e do darwinismo social (que negavam qualquer futuro na miscigenação racial) -- que em outros contextos daria em separação litigiosa -- no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que cada vez mais branca.

Pioneiro no rompimento, mesmo que parcial, desses paradigmas racistas, Mário de Andrade em *Macunaíma* (1928) representando o Brasil como um país racial e culturalmente miscigenado, assim como Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala* (1933) rejeita a tese da miscigenação como um defeito e a propõe como um arquétipo de identidade nacional brasileira. Ambos os autores trazem uma representação positiva da mestiçagem não só biológica, como cultural resultante do “encontro” entre indígenas, europeus e africanos nos trópicos. (Schwarcz, 2009).

Com efeito, em especial na década de 30, intelectuais construíram, tanto na produção literária quanto nas sociológica e historiográfica interpretações do Brasil e sua composição racial, a função de cada uma das três raças na História do Brasil e a relação entre raça e sociedade na primeira metade do século XX:

Alguns estudos e algumas narrativas são bastante representativos dessas inquietações e interrogações. Vale a pena lembrar alguns: Tavares Bastos, *A Província*; Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*; Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*; Raul Pompéia, *O Ateneu*; Euclides da Cunha, *Os Sertões*; Lima Barreto, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*; Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro*; Mário de Andrade, *Macunaíma*; Paulo Prado, *Retrato do Brasil*; Graciliano Ramos, *Vidas Secas*; José Lins do Rego, *Fogo Morto*; Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Gilberto Freyre, *Interpretação do Brasil*; Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder*; Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa*; Clovis Moura, *Rebeliões da Senzala*; Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*; Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*; Celso Furtado, *Brasil: A Construção Interrompida*. (Ianni, 2002, p. 179)

Naquele período, o Estado republicano buscava criar uma nacionalidade, que, no quesito raça, foi construída pelo viés do branqueamento que, fomentado pelas políticas de imigração, contribuiria à formação do “tipo racial brasileiro”

(Ramos, 1996). Não obstante, esse discurso é uma ressignificação de uma ideia que já antiga, a das três raças formadoras do povo brasileiro (brancos, indígenas e negros) advinda dos primórdios do IHGB. Von Martus postula, em *Como se deve escrever a História do Brasil* (1845), um modelo historiográfico para se narrar a história do país:

Do seu ponto de vista, o indígena merecia um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção de mitos da nacionalidade — neste ponto, o autor toma o exemplo dos mitos sobre os cavaleiros medievais no espaço europeu. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador. (Guimarães, 1988, p. 23)

Do ponto de vista literário, o ideário modernista transformou raça e cultura em etnia e passou a criar narrativas que coadunam à necessidade de pensar de alguma forma em modelos de assimilação da população negra, ressignificando o modelo romântico que pretendia suplantá-la (Schwarcz, 2007). Sobre esse processo de assimilação, Oliveira (2015, p. 58) salienta que:

O Modernismo brasileiro recebeu inspiração de diversos movimentos, como o Cubismo, abrindo espaço para a solidificação da presença do negro no campo das nossas letras. Cabe destacar que a visita de Blaise Cendrars ao Brasil, em 1924, que publicara a notável *Anthologie nègre* três anos antes deste acontecimento, assim como uma efervescência representativa do negro nas artes, não foram capazes nem de romper os lugares-comuns dos estereótipos, nem ainda conseguiram impulsionar a primazia do negro em relação ao indígena, vistos aqui enquanto agendas sociais. A Antropofagia, de Oswald de Andrade, por exemplo, manteve diálogo com a tradição indianista de Gonçalves Dias e José de Alencar, ao discutir a identidade nacional considerando a figura do autóctone, (...) Enquanto os poetas [e romancistas] românticos estavam arraigados à visão idealizada e heroica do indígena e da nação, o autor modernista se inspira no nativo como elemento de incorporação das diversas identidades nacionais, a fim de compor o “cadinho” cultural que em certa medida é o Brasil.

Não obstante, a partir desses arquétipos de identificação, estereótipos atribuídos à população negra mestiça em Jorge Amado, que, apesar de representá-la com destaque, caracteriza como pueris, como em *Jubiabá* (1955), *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) e *Tenda dos Milagres* (1969), e o racismo deliberado nas obras de Monteiro Lobato como em *O presidente negro* (1926) e na saga infantil *Sítio do Pica-pau Amarelo* obras que referendavam a noção de hierarquias entre as raças (Proença Filho, 2004).

Têm-se, outrossim, diferentes obras que trabalham com a lógica da mestiçagem como saída étnica e de abrandamento de conflitos para o Brasil como *Iracema*, de José de Alencar (1865), *Os tambores de São Luís*, de Josué Montello (1975) e *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (1984) (Duarte, 2014).

LITERATURA NEGRA OU AFRO-BRASILEIRA: UM DEBATE CONCEITUAL

Em decorrência desse processo histórico, ao tratarmos da literatura de autoria negra, há de se ter em vista sua materialidade linguística, isto é, o como se diz, quem diz, em que circunstâncias, para compreender o modo como o discurso enunciado nesse tipo de literatura textualiza. Assim como a ideologia que o texto se constrói (Orlandi, 2012). Desse modo, os conceitos de literatura afro-brasileira e de literatura negra são considerados conceitos ainda em construção, pois estes textos estão dentro e fora da literatura brasileira. Porquanto, os critérios para a classificação destes também são variados, uma vez que trazem uma intertextualidade a ser historicizada, ou seja, um ponto de vista culturalmente identificado à afrodescendência (Duarte, 2008).

Duarte (2008, p. 19) defende a utilização do termo literatura afro-brasileira, por configurar-se como “perturbador suplemento de sentido ao conceito de literatura brasileira”, além de “abarcando melhor, por sua amplitude necessariamente compósita, as várias tendências existentes na demarcação discursiva desse campo indenitário em sua expressão literária”. Nesse sentido, Duarte (2010, p. 1) estabelece critérios para essa classificação, que vão além do fenótipo ou da origem do autor, mas uma “consciência de passado”. Sob essa ótica, o autor (2010, p. 1) coloca algumas questões: “O que torna a escrita afro-brasileira distinta do conjunto das letras nacionais? Que elementos diferenciam e conferem especificidade à produção literária dos brasileiros descendentes de africanos?”.

Para o autor (2010), o critério autoria é um ponto crucial a esta conceituação em função do Brasil se constituir de uma ampla população mestiça, onde se apregoa a democracia racial ou mesmo a negação da identidade negra. Portanto, “é preciso compreender que a autoria não somente como dado exterior, mas na condição de traduzida em constante discursiva integrada à materialidade da construção literária” (Duarte, 2010, p.4). Nesse sentido, o ponto de vista do

autor constrói uma discursividade específica marcada pela raça, que remete a um universo de valores, uma ideologia, que filtra o olhar do autor em relação ao mundo a ser representado a partir de um compromisso ideológico com as marcas circunscritas na pele.

Bernd (1992, p. 10-11), por sua vez, entende a literatura negra como consciência de um “existir negro” e de uma história comum engendrada pela afrodescendência que insere os autores em “uma comunidade de situação que impõe sua estrutura a cada voz individual”, sendo que esta modalidade se constitui “a ruptura com os contratos de fala e escrita ditados pelo mundo branco”, formando, assim, “uma nova ordem simbólica” (Bernd, 1992).

Coadunando com Duarte (2008; 2009; 2010) e Bernd (1992) sobre o caráter ideológico desta literatura, pela autorrepresentação do negro, Lobo (2007) entende que nesse tipo de literatura o negro, que geralmente, é representado estereotipadamente por autores brancos, cria sua própria narrativa, construída a partir sua própria cosmogonia.

Todavia, a literatura negra não pode desvincular-se da literatura brasileira, pois essa conjunção afasta a literatura negra do campo do exótico. Destarte, anteriormente à utilização do referente “afro-brasileira”, essa literatura recebeu a denominação de “literatura negra”, a partir do momento em que os negros precisaram afirmar a identidade negra, ante a. problemática em torno de uma “cultura mestiça” ou do mito da “democracia racial” (Fonseca, 2006, p.13).

Silva (2010) defende a utilização do termo “literatura negra” em detrimento à denominação “afro-brasileira” ou “afrodescendente”, por entender que esses termos acabam por escamotear a questão negra, que ficaria, deste modo, camuflada no prefixo “afro”, em contrapartida, a “literatura negra” circunscreve um sentimento de pertença, arraigado na própria história dos africanos no Brasil. Além disto, um dos pontos cruciais da crítica dos opositores a esta nomenclatura é o determinismo potencialmente associado à expressão “negra” ao vincular “condições atávicas, históricas” ou pior, que assumisse a conotação do adjetivo “negra”, como qualificador de uma literatura “menor” ou necessariamente ruim. Proença Filho (2004, p. 185) afirma que entende como falaciosa esta designação “literatura negra”, por trazer em seu bojo uma negatização, levando a população negra a enfrentar, também, em sua produção literária, “novas e sutis armadilhas marginalizantes”.

Não obstante, o campo das discussões em torno do termo “literatura negra”, ou mesmo “afro-brasileira” ou ainda “afrodescendente” é controverso. Para Fonseca (2006), a denominação “literatura negra” é parte integrante da luta indenitária do movimento negro, que busca, além de ações antirracistas, combater a negatização do termo “negro”. Ademais, a expressão “literatura afro-brasileira” veicula esta literatura à África, sem a desvincular do Brasil. Assim, o termo “literatura afrodescendente” remete à transculturação ocorrida no Brasil: reafirma o vínculo com a África, e, sincronicamente, corrobora as modificações inerentes que essas heranças sofreram na diáspora” (Fonseca, 2006, p.23-24).

Entendemos, contudo, que tão relevante quanto à discussão em torno da expressão adotada para nominar a referida produção literária, é que ela traz consigo pontos de vista a serem considerados. Essa literatura tem por objetivo problematizar especificidades históricas e sociais do negro brasileiro, do mesmo modo, se afasta da perspectiva que reduz a história e a cultura negra à escravidão, ou ainda oblitera suas consequências sob o discurso da democracia racial.

Nesse sentido, a literatura negra/afro-brasileira é o erigir de uma cultura marcada pela discussão da questão da identidade racial dos sujeitos, que reafirma suas raízes, não só as históricas, mas também as culturais e de identidade.

Para Bonicci (2007, p. 101), o primeiro passo para se pensar literatura negra de autoria feminina é o feminismo negro, já que, a partir dele, gênero e raça são pensados dialeticamente, uma vez que o movimento feminista, em sua origem, propõe-se a discutir a emancipação feminina e, não aspectos referentes a amalgama da raça, pois esse movimento era composto necessariamente por mulheres brancas e de elite:

(...) [com o feminismo negro] surgem o aprofundamento nos estudos feministas negros no Brasil e sua capacidade de investigar o silêncio, as falas e as representações das mulheres negras e de cor na sociedade e na literatura para que se inicie a saída do subdesenvolvido feminismo negro no Brasil.

Nessa ótica, Silva (2010, p. 10) salienta que a literatura “afro-feminina” é a conjunção entre gênero e raça, é a subjetividade da mulher negra, suas experiências vividas, enquanto tal, e o seu vínculo com a África expressos no texto:

(...) a literatura afro-feminina é uma produção de autoria de mulheres negras que se constitui por temas femininos e de feminismo negro comprometidos com estratégias políticas civilizatórias e de alteridades, circunscrevendo narrações de negritudes femininas/feminismos por elementos de memórias ancestrais, de tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico e de experiências vividas, positiva e negativamente, como mulheres negras.

A literatura negra-feminina deve ser compreendida como um processo de resistência e busca por visibilidade da literatura de autoria de mulheres negras como vozes de afirmação e difusão de uma cultura própria enquanto mulheres negras. Esta, não obstante, é uma “escrita de cobrança”, cobrança de um cânone que, circunscrito em uma sociedade com forte ranço racista e sexista, lhes silenciou e as proscreeu também do cenário literário (Machado, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscou-se discutir a relação entre história e literatura na formação do cânone literário brasileiro, tratando especificamente no concernente ao binômio gênero-raça e à historicidade que o permeia. Com efeito, as marcas históricas do patriarcado e da hierarquia social do Brasil escravocrata aparecem, especialmente, na literatura negra de autoria feminina, vertente literária circundada por duas heranças sociais do patriarcado escravista: o sexismo e o racismo.

A partir do caso de Maria Firmina dos Reis, mulher, filha de pai negro de poucos recursos, autora do primeiro romance brasileiro anti-escravagista e primeiro escrito por uma mulher negra no Brasil, inserindo-se em cenário literário que replicava a hierarquia social e racial do Brasil Oitocentista, e que ainda tem lastros na sociedade contemporânea, ainda permeada por discursos e práticas sociais racistas e machistas, que reverberam, igualmente, na seara da literatura e nas formas de classificação da produção literária.

A literatura negra busca representar literariamente uma sociedade homogênea e isenta de conflitos internos, ao passo que, enquanto forma de afirmação identitária da população negra na literatura brasileira, nesse tipo de literatura, o/a autor/a assume a identidade negra e as marcas históricas circunscritas na pele, buscando posicionar-se como homem negro ou mulher negra, respectivamente.

Portanto, ao analisarmos especialmente a literatura negra de autoria feminina, concomitante e intrínseca ao binômio gênero-raça, expressando o ponto de vista da mulher negra e sua experiência a partir dessa condição, percebemos o cânone literário em sua dimensão histórica, que denota uma continuidade histórica da preeminência masculina e branca, contemporaneamente sublimada pela ideia da literatura como universal, ou essencialmente nacional, um discurso de obliteração das diferenças que revela uma sociedade ainda excludente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Jorge Fernando Barbosa do. **A literatura brasileira e a monstruosidade negra nos portões da diferença**. 2015. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2000.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista**. Maringá: Eduem, 2007.

CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 31, p. 11–23, 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Revista Terceira Margem**, v. 14, n. 23, p. 113–138, 2010.

DUARTE, João Ferreira. Cânone. In: **Dicionário de termos literários**, 2009. Disponível em: http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=525&Itemid=2. Acesso em: 27 jul. 2016.

FELIPE, Delton Aparecido. **Negritude em discurso: a educação nas revistas Veja e Época (2003–2010)**. 2014. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, n. 1, 2009.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder à polêmica. In: SOUZA, Florentina ElimA; FONSECA, Maria Nazaré (orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: CEAO, 2006.

GUARDIA, Sara Beatriz. Literatura e escritura feminina na América Latina. In: **XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural**, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5–27, 1988.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. São Paulo: FTD Educação, 2015.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**, n. 7, p. 176–187, 2002.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque. Uma leitura do processo de formação do cânone literário: o relativismo e a pretensão à universalidade. **Revista Travessias: Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte**, 2007.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MACHADO, Serafina Ferreira. Literatura afro-feminina: uma escrita de (re)volta. **Revista Graphos**, v. 14, n. 2, p. 136–144, 2013.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, v. 2, n. 2, p. 247–260, 2013.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no Romantismo brasileiro**. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NAVARRO, Márcia Hoppe; SCHMIDT, Rita Terezinha. A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: **II Congresso Internacional sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho**, Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Henrique da Silva. **O negrismo e suas configurações em romances brasileiros do século XX (1928–1984)**. 2013. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Henrique da Silva. Manifestações do negrismo no modernismo brasileiro: poesia e romance. **Navegações**, v. 10, n. 2, p. 156–164, 2017.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826–1865**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. Um fabulador da nacionalidade: José de Alencar. **Sitientibus**, n. 14, p. 95–122, 1996.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 161–193, 2004.

RAMOS, Jair Souza. Dos males que vêm como sangue: as representações raciais e a categoria de imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz-CCBB, 1996.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula; A escrava**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 84, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99–133.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. In: LUND, Joshua; McNEE, Malcolm (Ed.). **Gilberto Freyre e os estudos latino-americanos**. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Ibero-Americana, Universidade de Pittsburgh, 2006. p. 305–334.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O artista da mestiçagem. In: **O universo de Jorge Amado: caderno de leituras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 34–45.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Da literatura negra à literatura afro-feminina. **Via Atlântica**, n. 18, p. 91–102, 2010.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Literatura de autoria feminina negra: (des)silenciamentos e ressignificações. **Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 20–37, jan./jun. 2010.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil Oitocentista**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

Ana Paula Herrera de Souza

Graduada no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestra em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade

Estadual de Maringá. Desenvolvedora de pesquisa sobre a condição da mulher negra na literatura a partir de uma perspectiva histórica. Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM) no ano de 2018 até os dias atuais. Participou da primeira e segunda proposta de Projeto de Extensão do Universidade Sem Fronteiras, por meio da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti-PR) de 2018-2019 e na edição de 2022-2023. Atuou como cursista no Projeto Mulheres Negras Resistem 2022. Integra o Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores/as (EPEFOP/CNPq)

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7021572751152250>

Delton Aparecido Felipe

Professor do Departamento de História e do ProfHistória - Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá - Paraná; Doutor em Educação com estágio de doutoramento junto ao Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro- Portugal. Mestre em Educação e Graduado em História e Pedagogia. Pós-Doutor em História. Pesquisador - Visitante da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (FGV-SP, 2021-2023) e Coordenador do Programa de Apoio e Diversidade (PAD, 2022; 2023) da Escola de Direito da FGV e investigador do Núcleo de Estudo Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá-Paraná (NEIAB-UEM). Foi representante da região sul do Consorcio Nacional dos Núcleos Afro-Brasileiros (Conneabs, 2018 a 2020), foi Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN - 2020-2022), Conselheiro Consultivo da Ouvidoria Geral do Estado do Paraná (2019-2021), Conselheiro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do

Paraná - COPED (2021-2023) e foi Presidente das Comissões de Heteroidentificação da Universidade Estadual de Maringá - Paraná (2021, 2022, 2023). Secretário Executivo da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN - 2022-2024), atualmente é coordenador da Área de Políticas e Ações Afirmativas da ABPN, Coordenador do Observatório e Agência de Impacto de Cotas Raciais da ABPN (AGIMCRA) e Editor Executivo da Revista da ABPN, Conselheiro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2023-2025) e membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros do Ministério da Educação (MEC). Com publicações nacionais e internacionais sobre educação e diversidade, história da população negra no Brasil, ensino de história e cultura afro-brasileira, patrimônio afro-brasileiro, história da África e Direito da população negra.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1673979833356158>
